



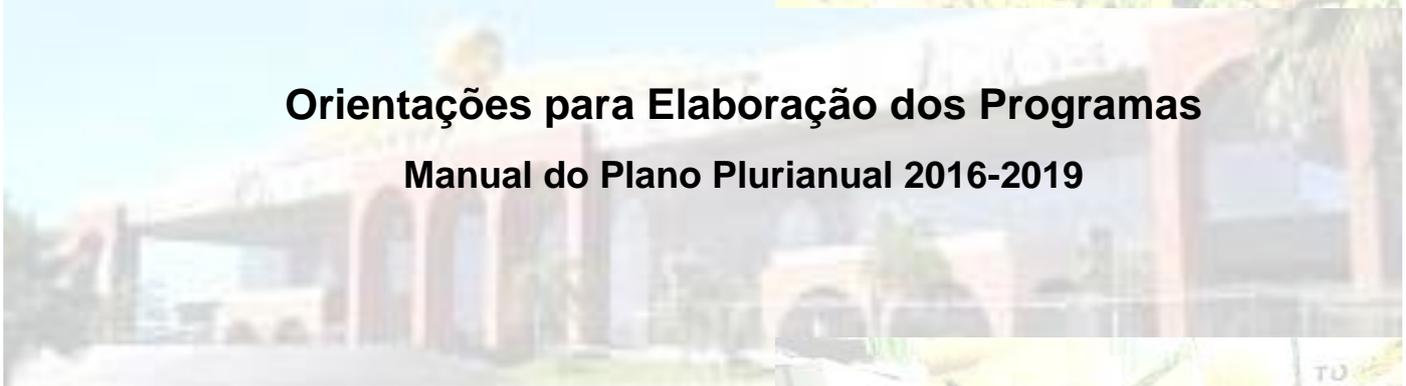
**2016 | 2019**

PLANO PLURIANUAL DO TOCANTINS



## Orientações para Elaboração dos Programas

Manual do Plano Plurianual 2016-2019



Secretaria do Planejamento e Orçamento

[www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br)

Versão 1.0 de 19 de agosto de 2015



**MARCELO DE CARVALHO MIRANDA**

Governador do Estado

**DAVID SIFFERT TORES**

Secretário do Planejamento e Orçamento

**REGINA SONIA BOTELHO MARTINS**

Secretária Executiva

**DIRETOR DE PLANEJAMENTO**

Raul Rodrigues

**Gerente de Planejamento Setorial**

Patrícia Mármore

**Gerencia de Monitoramento e Avaliação**

Silvia Rodrigues

**Gerencia de Planejamento Estratégico**

Elizana Alves

**Gerencia de Competitividade**

Tatiana Ferreira da Silva

**Equipe Técnica**

Odilon Silva

**ELABORAÇÃO**

José Anunciação Batista Filho

**Palmas-TO**

**Junho de 2015**

O Plano Plurianual (PPA) deverá ser construído a partir do plano de governo proposto durante a campanha eleitoral, do planejamento de longo prazo, do plano estratégico e mapa estratégico do ente da federação. Devem-se levar em conta as políticas públicas legalmente constituídas e contar com a participação da sociedade no processo de elaboração do Plano.

Nesse contexto o Plano Plurianual – PPA 2016-2019, do Governo do Estado do Tocantins, muda o foco da Gestão Pública e passa a olhar as mudanças na vida do cidadão e não para o volume de insumos utilizados nas ações. O Plano será elaborado dentro do novo modelo, com algumas melhorias em relação ao PPA 2012-2015, obtidas pela percepção das equipes técnicas envolvidos na elaboração e na implementação do Plano. O PPA 2016-2019 permitirá comunicar a sociedade os principais objetivos e diretrizes do Programa do Governador Marcelo Miranda “A mudança que o povo quer” e suas metas de maneira simples e direta. É uma nova cultura na Administração Pública que valoriza resultados na ótica do cidadão.

Assim a construção do PPA 2016-2019 traz como elemento inovador a estruturação dos programas em função de temas e não mais em função de um problema a ser enfrentado ou uma deficiência a ser superada. Assim busca-se incorporar ao planejamento estadual a lógica intersetorial das políticas públicas e torná-lo capaz de promover a atuação agregadora das Unidades Setoriais.

O PPA 2016-2019 consolida uma visão estratégica, participativa e territorializada para o planejamento governamental. Tem como norte a construção de uma visão de futuro para o Estado, apresenta os grandes temas do governo e os valores que deverão nortear o comportamento da Administração Pública Estadual. O plano permite a participação da sociedade na sua elaboração, e deverá incorporar os desafios de iniciar um processo de monitoramento e avaliação e possibilita valorizar a diversidade e enxergar o Estado a partir dos recortes das políticas públicas e de seus impactos.

Assim, com o objetivo de orientar os atores envolvidos na elaboração do Plano Plurianual, a Secretaria do Planejamento e Orçamento, elaborou o presente documento que apresenta a base legal do planejamento governamental, a nova metodologia adotada, os conceitos, a Orientação Estratégica do Governo e algumas orientações quanto as etapas de elaboração do PPA 2016-2019, dos programas e seus atributos.

## 1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma série de modificações em relação à estrutura de planejamento até então existente no Brasil. Instituiu o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro e estabeleceu a integração dos instrumentos de planejamento e orçamento públicos.

O artigo 165 prevê a atividade de planejamento explicitando que:

- o Plano Plurianual, lei de iniciativa do Poder Executivo, estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada; e
- planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

O art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inciso I, estabelece que o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. Dessa forma, evita-se a descontinuidade de investimentos e garante que o novo governo tenha um ano para aprovação do PPA.

## 1.2 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI 101/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF reforça o sentido de integração entre as atividades de planejamento, orçamento e gestão na administração pública.

Em seu Art. 5º a Lei institui que o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com as normas da mesma.

### 1.3 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Constituição do Estado, em consonância com a Constituição Federal, estabelece em seu Art. 80 que lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerá os instrumentos de Planejamento Governamental (PPA, LDO e LOA).

Ainda acompanhando o governo federal, no § 1º do Art. 80 da Constituição Estadual é instituído que a referida lei do PPA estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

### 1.4 LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2012

Os instrumentos de planejamento tem seus prazos estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 78, de 11.04.2012, assim discriminados:

- o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) será encaminhado pelo executivo ao legislativo até **15 de setembro de cada ano** e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa; e
- o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) é encaminhado pelo executivo ao legislativo até **15 de novembro** e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, sendo sua vigência até o final do primeiro mandato governamental subsequente;
- o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) é encaminhado ao legislativo até o dia **15 de novembro de cada ano** e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;
- No **primeiro** e no **último ano** do exercício do mandato, as datas fixadas neste artigo são prorrogadas, respectivamente, para **15 de outubro (LDO)** e **30 de novembro (PPA e LOA)**.

## 2. PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual – PPA é a base do sistema de planejamento público e é o instrumento mais estratégico do Governo para execução das políticas públicas. É a única lei que reúne todas as políticas públicas de um governo.

Estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

É uma ferramenta que favorece a organização da ação governamental e a melhoria do desempenho gerencial da Administração Pública, contribuindo para o atingimento das prioridades de governo. Ele define as prioridades do Governo para o período de 4 (quatro) anos, podendo ser revisado a cada ano.

### 2.1 NOVA METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2016 – 2019

O PPA 2016–2019 do Governo do Tocantins apresenta uma metodologia, que está em consonância com a nova metodologia desenvolvida pelo Governo Federal.

A nova metodologia busca um caráter mais estratégico para o PPA, criando as condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas.

A nova estrutura organiza os programas em temas, com objetivos e ações, o que incorpora ao planejamento a lógica intersetorial e transversal das políticas públicas, assim o PPA deixa de ser uma consolidação de programas setoriais.

Os Temas (política pública) são áreas do conhecimento, compreendidos como relevantes e estratégicos para a atuação governamental. O entendimento é que os programas de governo públicos devem nascer de uma política de governo e de estado e que as ações são consequências dos compromissos assumidos pelo governante eleito.

O PPA passa a ter como foco a organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional.



O Quadro 1 apresenta comparação das estruturas do Plano Plurianual, de 2008-2011, 2012-2015 e da proposta do PPA 2016-2019.

Quadro 1. Evolução do Plano Plurianual - PPA

PPA 2008-2011	PPA 2012-2015	PPA 2016-2019
<b>Dimensão Estratégica</b>		
Macroobjetivos e estratégias de desenvolvimento	Valores, Eixos Estruturadores e Macro desafios	Mapa Estratégico, <b>Princípios</b> , Eixos Estratégicos e Áreas Temáticas
<b>Cenário</b>		
Macroobjetivo e estratégias de desenvolvimento (1 página) + Problemas identificados e soluções indicadas nos encontros regionais (62 páginas)	Cenário por Macrodesafio (116 páginas)	<b>Cenário por Programa temático, preparado pelo Órgão.</b>
<b>Programa</b>		
Composto de Indicador, Objetivo e Ação Orçamentária	Composto de Valor Total, Indicador, Objetivo, Metas e Iniciativas	Composto de Valor Total, Objetivo, Indicador, Metas e Ação
Avaliado por Indicador e Ação Orçamentária	Programa avaliado por Indicador e Valor Total  Objetivo avaliado por Metas regionalizadas e iniciativas	Programa avaliado pelo conjunto de objetivos  Objetivo avaliado por <b>indicador</b> , metas regionalizadas e desempenho das ações
Programas: 135  Objetivos: 135	Programas: 33  Objetivos: 148  Metas: 610  Iniciativas: 581	Programas: 21  Objetivos: < 75%  Metas: < 50%
<b>Objetivo</b>		
Descritor	Meta Anual, Quantitativa e qualitativa  Regionalização da meta por política pública (Saúde, Turismo, Área-Programa)	<b>Meta Quadriannual (Para os 4 anos), quantitativa e qualitativa</b>  <b>Regionalização da meta por uma única Regionalização de Planejamento.</b>

	Iniciativa com ação vinculada	Exclusão da iniciativa e incorporação do título da ação orçamentária no PPA, para evitar o confronto com meta do objetivo, e com regionalização.
Ação Orçamentária		
Atributo do Plano Plurianual	Atributo do Orçamento	Atributo do PPA e da LOA
<p>Lançamento por meta física e financeira, com Localização por município.</p> <p>Agregação para Regionalização no PPA.</p> <p>Não era localizada por município no Orçamento e nem no SIAFEM.</p>	<p>Lançamento por meta física e financeira, sem localização do gasto e sem regionalização.</p> <p>Regionalização está na meta do objetivo.</p>	<p>Lançamento do título da ação, sem inserir a meta física e financeira, sem localização do gasto e sem regionalização.</p> <p>Regionalização da meta do objetivo.</p>
Lançamento no SISPPA e SIOR	Lançamento no UNI	Lançamento no UNI
Priorização de ação no PPA	De 2012 a 2014: Priorização de ação em Anexo do PPA. Em 2015 priorização em anexo da LDO (atender LRF)	

A estrutura constante nos Planos Plurianuais até o PPA 2008-2011, era de Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo, a partir do PPA 2012-2015 cede lugar aos Programas Temáticos e aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O Programa é de Governo, e não pertence a uma unidade orçamentária. O Programa Temático é composto por Valor Total, Objetivo, Indicador, Meta e Ação. O Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado é composto por Valor Total e Ação. Cabe ao PPA “declarar as escolhas do governo e da sociedade e indicar os meios para a implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2011a, p. 10).

## 2.2 ESTRUTURA E CONCEITOS DO PPA 2016-2019

Assim como no Governo Federal, o Plano Plurianual 2016-2019 do Governo Estadual, será estruturado nas seguintes dimensões:

A Figura 1 demonstra como essas dimensões são tratadas no PPA 2016-2019, com suas principais categorias, descritas na sequência.

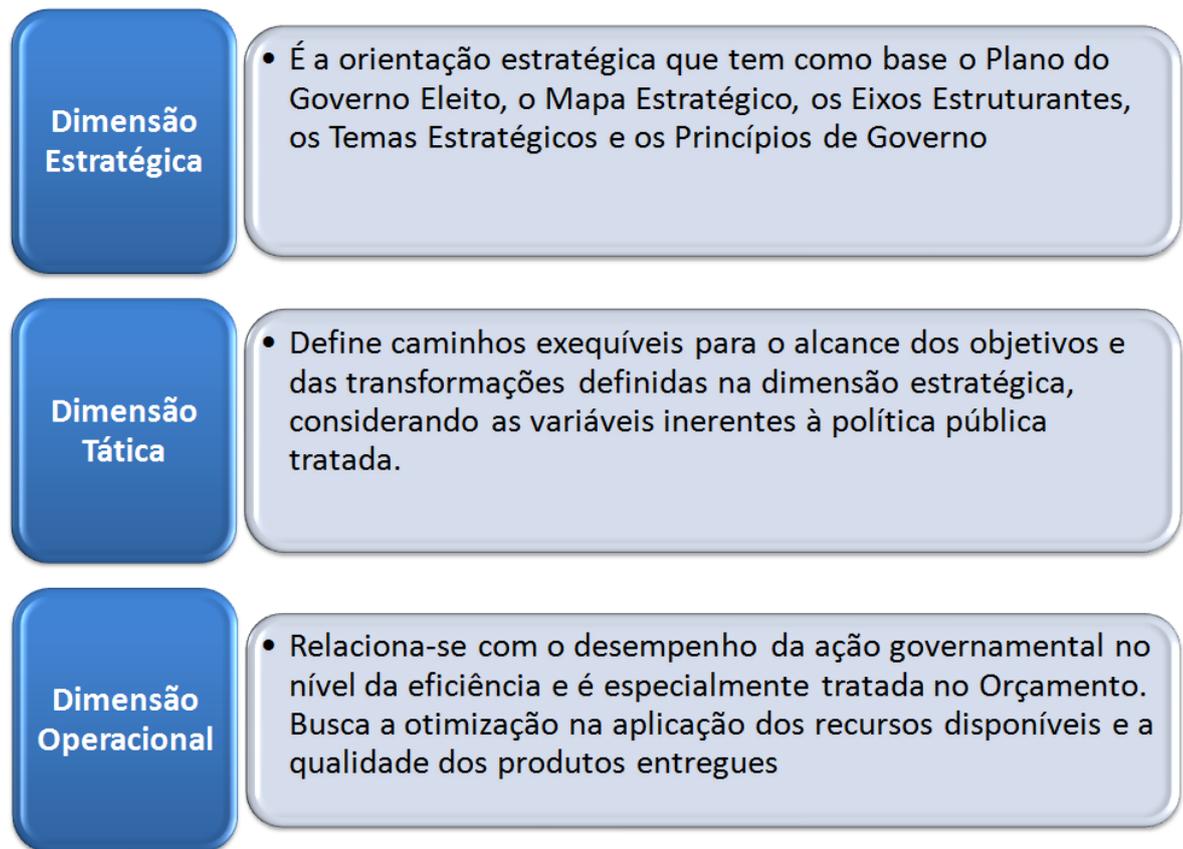


Figura 1 Dimensão do PPA 2016-2019

O **Mapa Estratégico** é a orientação dos Governo expressa em seus Objetivos Estratégicos elaborados com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientarão a formulação dos Programas do PPA 2016–2019.

Os **Princípios Norteadores** são os elementos básicos para o fortalecimento de um processo democrático, fundamental para atingir os objetivos básicos previstos nos Mapas. Os Eixos Estratégicos, são o elemento direcionador das áreas temáticas estratégicas e dos Programas Temáticos, esses organizadores do processo de mudança do Tocantins.

O **Programa Temático** retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em Objetivos.

O **Objetivo** expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Ações Orçamentárias, com desdobramento na região.

O **Indicador** é um instrumento utilizado para avaliar o desempenho do Objetivo, mensurar os resultados e auxiliar no monitoramento.

A **Ação orçamentária** declara as entregas de bens e serviços à sociedade. Poderão ser incluídas ações não orçamentárias, de cunho institucional e normativo, bem como da pactuação entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de política públicas.

Os **Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado** são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos.

## 3. BASE ESTRATÉGICA

BASE ESTRATÉGICA DO PPA 2016 -2019

## 1. Dimensão Estratégica

Os grandes compromissos do Governo do Estado estão direcionados para a Governança para Resultados, visando modernizar a gestão, tornando o Estado mais eficiente e transparente, na economia sustentável, voltada para desenvolver a economia valorizando a sustentabilidade ambiental e na inclusão social, ao promover a inclusão social, além da Renda e das oportunidades de trabalho, buscando o acesso do cidadão a serviços públicos com qualidade.

Para o alcance desses resultados o Plano Plurianual estará alinhado ao Planejamento Estratégico, consubstanciado no Mapa Estratégico do Estado e nos Mapas Estratégicos Institucionais. Assim, os objetivos do Plano deverão estar alinhados aos objetivos dos Mapas Estratégicos preparados pelo Governo do Estado.

## O MAPA ESTRATÉGICO



### Princípios Norteadores

O PPA 2016/2019 do Governo do Tocantins consolida uma visão estratégica, participativa e territorializada para o planejamento governamental e tem como os seguintes princípios norteadores participação, visão compartilhada, territorialidade, convergência, mobilização e integração.



## 2. Matriz Estratégica do Plano Plurianual – PPA 2016-2019

A matriz estratégica do PPA é composta por eixos estratégicos, áreas temáticas estratégicas e os programas temáticos. Os programas temáticos, temas de políticas públicas, são agrupados no Poder Executivo e Outros Poderes.

<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>Eixos Estratégicos</b>	<b>Áreas Temáticas Estratégicas</b>	<b>Programas Temáticos</b>
<b>Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente</b>	<b>Desenvolvimento Agrícola</b>	Agricultura Familiar
		Agronegócios
		Irrigação e Usos Múltiplos da Água
	<b>Sustentabilidade Ambiental</b>	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
<b>Desenvolvimento Regional, Urbano e Industrial</b>	<b>Desenvolvimento Regional e Urbano</b>	Desenvolvimento Regional e Urbano
		Transporte e Logística
		Infraestrutura Pública
		Habitação
	<b>Desenvolvimento Industrial</b>	Indústria, Comércio e Turismo
<b>Educação e Conhecimento</b>	<b>Educação</b>	Educação Para Todos
		Educação Tecnológica, Profissional e Superior
	<b>Cultura</b>	Cultura
	<b>Conhecimento</b>	Ciência, Tecnologia e Inovação
<b>Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos</b>	<b>Segurança</b>	Segurança Cidadã
	<b>Assistência Social</b>	Assistência Social
		Trabalho e Mercado
	<b>Direitos Humanos</b>	Juventude, Esporte e Lazer
		Cidadania e Justiça
<b>Saúde</b>	<b>Saúde</b>	Saúde Mais Perto de Você
<b>Gestão Pública</b>	<b>Modernização da Gestão</b>	Planejamento, Orçamento e Gestão
		Governo Mais Perto de Você
<b>OUTROS PODERES</b>		
<b>Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional</b>	<b>Prestação Jurisdicional</b>	Modernização Tecnológica de Infraestrutura e Gestão de Recursos
		Justiça
		Eficiência e Acesso ao Sistema de Justiça

Fonte: Plano de Governo Marcelo é a Mudança que o Tocantins Quer. Diretrizes Básicas do Plano de Governo do Estado do Tocantins. Plano Plurianual 2012-2015

## 4. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 4.1 ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2016 – 2019

O processo de elaboração do Projeto de Lei do PPA 2016–2019 tem como base inicial o Programa de Governo Marcelo Miranda, constituindo-se o principal insumo para a elaboração da Orientação Estratégica de Governo, enunciada na Parte III deste manual, onde são explicitados o Mapa Estratégico do Governo, os **Princípios** e a Matriz Estratégica do PPA para a atuação do governo no estado.

O PPA 2016-2019 seguirá a metodologia adotada pelo Governo Federal e será composto por Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Nos Anexos A, B e C deste manual é apresentada uma proposta do conjunto de Programas Temáticos, a qual será discutida em conjunto com as Unidades Setoriais e acordado posteriormente sobre a orientação da SEPLAN.

As Unidades Setoriais deverão elaborar a proposta de Programa Temático (Contextualização, objetivos e ações) e encaminhar para a SEPLAN no prazo que será estabelecido.

As Unidades Setoriais apresentarão suas propostas, as quais serão discutidas com a SEPLAN e, quando necessário, serão feitos ajustes de acordo com a metodologia do PPA 2016-2019. A Figura 2 ilustra o processo de elaboração do PPA 2016 -2019.

Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado serão elaborados posteriormente à elaboração dos Programas Temáticos.

Figura 2 – Fluxo da Elaboração dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019



Os Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos. No PPA 2016-2019 estarão divididos em duas categorias: Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

## 2.1 PROGRAMA TEMÁTICO

Retrata no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser necessária para:

- representar os desafios e os objetivos do governo;
- organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade.

O Programa Temático se desdobra em Objetivos e Ações, ou seja ele articula um conjunto de Objetivos afins, permitindo uma agregação de ações governamentais que se traduzem em entregas de bens e serviços para a sociedade. São propósitos do Programa Temático:

- incorporar os desafios governamentais em determinada política pública;
- aprimorar a coordenação das ações de governo; e,
- justificar a atuação de governo por meio das ações consideradas determinantes para o desenvolvimento do Estado.

Exemplos:

Programa Temático – Desenvolvimento Regional e Urbano

Programa Temático – Segurança Cidadã

Programa Temático – Agricultura Familiar

**Os Programas Temáticos são de Governo, não havendo responsáveis. As Unidades Setoriais serão responsáveis por Objetivos.**

O quadro 1 apresenta os atributos que compõe o Programa Temático:

Quadro 1 – Atributos do Programa Temático

I. CÓDIGO
II. TÍTULO
III. CONTEXTUALIZAÇÃO
IV. INDICADORES
V. VALOR GLOBAL
VI. OBJETIVOS
a) Código
b) Enunciado
c) Órgão Responsável
d) Meta para 2016-2019
e) Regionalização
VII. TÍTULOS DAS AÇÕES

### **I – Código**

Sistema de convenção para organização e representação do programa e será colocado posteriormente pela SEPLAN.

### **II – Título**

Representa o tema a ser tratado. Construído a partir de uma lógica pela qual o governo e a sociedade identificam a área de atuação das políticas públicas.

Exemplo:

### **III – Contextualização do Programa**

É a exposição do diagnóstico, diretrizes e políticas públicas abordando os seguintes aspectos:

- a interpretação clara e objetiva dos temas a serem tratados;
- as oportunidades e os desafios associados;
- os contornos regionais que a política pública deverá assumir;
- as transformações que se deseja realizar;
- os desafios que devem ser considerados pelos objetivos.
- o desempenho e a análise de indicadores nas perspectivas de sociedade e beneficiários, seus índices atuais e seus índices (metas) desejados.

A contextualização do Programa irá compor o Anexo de encaminhamento do Plano Plurianual, intitulado Mensagem do Governador. Na contextualização poderá conter gráficos e tabelas com a síntese das informações e mapas que permitam a análise temática.

- O texto da contextualização deve conter de 2 a 5 páginas, considerando letra Arial 12, espaçamento entre linhas 1,5, margens superior e esquerda com 3 cm e margens inferior e direita com 2 cm;
- As figuras que estiverem no corpo da contextualização, também deverão ser enviadas em arquivo separado, sendo as tabelas e gráficos em arquivo do Excel.

#### IV - Indicador

A escolha dos indicadores requer uma avaliação de adequação do objetivo do Programa, bem como de consistência desse objetivo com a capacidade de intervenção, materializada nas ações orçamentárias que o compõem.

Assim, à luz do objetivo proposto, os indicadores são os principais instrumentos (mas não necessariamente os únicos) para verificar se os resultados foram satisfatórios ou insatisfatórios, daí a necessidade de uma boa definição do que se pretende alcançar (objetivos) e entregar (ações).

Para efeito da avaliação dos Objetivos e Programas do Plano Plurianual, como consta no quadro 2, devem ser utilizados, preferencialmente, indicador de resultados (eficácia). Dada a impossibilidade de utilização desses indicadores poderão ser utilizados indicadores de produto, processo e insumo (eficiência ou economicidade). Os indicadores de impacto (efetividade) possui maior dificuldade de mensuração e está relacionada com a missão da instituição.

Para maior focalização no processo de monitoramento e avaliação do Plano está previsto um indicador por objetivo e, no máximo dois, em casos da impossibilidade de medição dos resultados por apenas um indicador.

Quadro 2. Classificação de indicadores

Classificação	Definição	Exemplo
Impacto (Efetividade)	Relação com a sociedade como um todo e medem os efeitos das estratégias governamentais de médio e longo prazos	Expectativa de vida da população
Resultado (Eficiência)	Expressam, direta ou indiretamente, os benefícios no público-alvo decorrentes das ações empreendidas no contexto do Programa.	Taxa de morbidade por DST
Produto (Eficiência)	São medidas <i>ex-post facto</i> que expressam as entregas de produtos ou serviços ao público-alvo do Programa	Campanhas realizadas, Médicos contratados, Servidores capacitados
Processo (Eficiência)	São medidas <i>in curso</i> ou <i>intermediárias</i> que traduzem o esforço empreendido na obtenção dos resultados, ou seja, medem o nível de utilização dos insumos Alocados	Recurso financeiro liberado
Insumo (Eficiência, Economicidade)	Relação direta com os recursos a serem alocados, ou seja, com a disponibilidade dos recursos humanos, materiais, financeiros e outros a serem utilizados pelas ações de governo.	Médico por mil habitantes Orçamento Previsto

Fonte: Adaptado de Brasil (2010).

O indicador é o elemento capaz de identificar e avaliar os aspectos relacionados a um Objetivo de um Programa Temático. Permite a mensuração dos resultados, auxilia no monitoramento, e apurado em tempo oportuno, possibilita a avaliação e o controle dos programas temáticos e é composto dos seguintes atributos:

Quadro 3 – Estrutura de identificação do Indicador

Item	Definição
<b>Denominação</b>	Forma pela qual o indicador será apresentado à sociedade.
<b>Unidade de Medida</b>	Padrão escolhido para mensuração da relação adotada como indicador. Representa a relação de variáveis escolhida para a mensuração do problema, sendo, portanto, o elemento que dá significado ao valor numérico estampado como índice.
<b>Índice de Referência</b>	Situação mais recente da política e sua respectiva data de apuração. Consiste na aferição de um indicador em um dado momento, mensurado com a unidade de medida escolhida.

## Orientações para elaboração dos Programas

<b>Índice Desejado</b>	Resultado que se deseja atingir com a execução do programa ao término de cada ano e ao fim do Plano.
<b>Informações Gerenciais</b>	
<b>Definição</b>	O que se pretende medir.
<b>Fórmula de cálculo</b>	Como se deve ser calculado.
<b>Critério de acompanhamento</b>	Dado do período ou acumulado no ano.
<b>Responsável pela disponibilização do dado</b>	Nome do servidor ou técnico que irá disponibilizar o dado.
<b>Período para disponibilização indicador</b>	10º dia útil após medição, mês de dezembro de cada ano, 5º dia útil de cada mês,
<b>Periodicidade</b>	Mensal, semestral, anual
<b>Polaridade</b>	Menor melhor, maior melhor
<b>Tipo</b>	Impacto, Resultado, Produto, Processo, Insumo
<b>Fonte</b>	Órgão responsável pelo registro ou produção das informações necessárias para a apuração do indicador e divulgação periódica dos índices.

**Exemplo:**

<b>Denominação</b>	Nome do indicador: Percentual de pessoas colocadas pelo SINE no mercado de trabalho
<b>Unidade de medida</b>	Porcentagem
<b>Índice de Referência</b>	19,60
<b>Índice Desejado</b>	19,91
<b>Informações Gerenciais</b>	
<b>Definição</b>	O indicador relaciona o número de pessoas, localizadas no Estado do Tocantins, colocadas no mercado de trabalho por intermédio das unidades do Sistema Nacional de Emprego – SINE, com o número de empregos formais gerados no Estado levantado a partir dos registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED. São consideradas colocadas no mercado de trabalho pelo SINE as pessoas inscritas no Portal Mais Emprego e encaminhadas para uma vaga, cuja empresa retorne a carta desse encaminhamento com o registro de colocação do trabalhador. São computadas somente as colocações das cartas assinadas e carimbadas pelo empregador. Todas as colocações ocorridas no ano de referência, independentemente da data de registro, têm sua contabilização realizada no ano de referência para o relatório de admissão. A contabilização no relatório da colocação é feita no momento do registro. Para efeitos deste indicador, é utilizado o relatório por data do registro, que não sofre mutações ao longo do tempo.
<b>Fórmula de cálculo</b>	$\text{PerColocSINE} = \frac{\text{N}^{\circ}\text{ColcSINE} \times 100}{\text{AdmCAGED}}$ <p>Em que PerColocSINE = percentual de pessoas colocadas pelo SINE em relação ao total de empregos gerados no Estado; N<sup>o</sup>ColocSINE = número de pessoas colocadas no mercado de trabalho pelo SINE no período; e AdmCAGED = número de pessoas admitidas no período conforme CAGED.</p>
<b>Critério de acompanhamento</b>	O indicador representa uma medida de cobertura do serviço de intermediação profissional prestado pelo SINE e mede, de certa forma, a contribuição do SINE na colocação ou recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho.
<b>Responsável pela disponibilização do dado</b>	Clegilson Cardoso Marinho - Coordenadoria de Monitoramento e Estatística
<b>Período para disponibilização indicador</b>	abril, julho, outubro, janeiro
<b>Periodicidade</b>	Trimestral
<b>Polaridade</b>	Maior Melhor
<b>Tipo</b>	Resultado
<b>Fonte</b>	Sistema Nacional de Emprego – SINE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, Secretaria do Trabalho e Assistência Social – SETAS, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

**V - Valor Global**

Especifica o valor indicando uma estimativa dos recursos necessários à consecução dos objetivos relacionados ao tema no período do plano. O PPA indicará o valor para o ano de 2016 e o consolidado para o período restante (2017 a 2019).

O Valor Global dos Programas Temáticos será especificado por Fontes de Recursos Orçamentários e não Orçamentários, conforme exemplificado na tabela:

Exemplo:

Programa: 1004 – Agricultura Familiar

Fonte	Valor 2016 (R\$)	Valor 2017-2019 (R\$)
<b>Orçamentária</b>		
0100 - Recursos Ordinários - Administração Direta	13.000.000	42.000.0000
0225 - Recursos de Convênios Federais	15.310.000	22.856.000
0240 - Recursos Próprios	3.730.000	7.940.000
<b>Total</b>	<b>32.040.000</b>	<b>72.796.000</b>
<b>Valor Total do Programa</b>	<b>104.836.000</b>	

**VI - OBJETIVO**

O objetivo deve expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade, orientando taticamente a atuação do governo para o que deve ser feito frente aos desafios, demandas e oportunidades impostos para o desenvolvimento do País e para a melhoria da qualidade de vida da população.

O Objetivo deve ser escrito de forma clara e direta a fim de facilitar sua comunicação e não deve ser apenas o enunciado de uma intenção, considerando que é o conjunto de Objetivos de um Programa Temático que revela a estratégia do governo em determinada política pública.

Deverá ser específico, não deve ser vago, mas sim prático e objetivo. ser possível de ser medido, mensurável por metas e indicador, deve ser alcançável, ter capacidade de ser alcançável, e dispor dos recursos necessários, deve ser realista, é possível fazer?

Não deve ser previsto um número excessivo de objetivos e deve sempre se iniciar com verbo no infinitivo. É composto por metas quantificadas e/ou qualificadas, regionalizadas, por indicadores e pelos títulos das ações orçamentárias.

O objetivo deverá ser exequível, ou seja ter metas estruturantes e realistas, possível de serem alcançadas pelo Governo para a sociedade. Cada Objetivo deverá ter preferencialmente um indicador, não sendo possível, será previsto até o máximo de 2 indicadores por objetivo.

**Exemplo de Objetivo:**

Oferecer boas condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, pela pavimentação, manutenção e conservação com qualidade e segurança para os usuários.

Não é considerado objetivo, quando se utilizam verbos como: implantar e implementar, e outros que tenham um caráter de plano de ação, por exemplo: estabelecer instrumentos de monitoramento e avaliação, implementar a cultura de gestão para resultados, divulgar informações e potencialidades locais.

**Atributos dos Objetivos**

**a) Código**

Números por convenção para organizar e representar o Objetivo no Programa Temático e será colocado posteriormente pela SEPLAN.

**b) Enunciado**

O enunciado é a comunicação clara e objetiva à sociedade, das escolhas de governo, orientando taticamente a ação governamental, retratando as situações a serem alteradas pela concreta entrega de bens e serviços e pelo desenvolvimento de novos valores de políticas públicas.

**c) Órgão Responsável**

Cada objetivo terá como responsável pela sua coordenação um órgão, cujas atividades impactam de maneira mais contundente a implementação do Objetivo.

Exemplo:

**Programa Temático:** Juventude, Esporte e Lazer

**OBJETIVO:** 0090 - Promover a reinserção e permanência do jovem no processo educacional, sua qualificação profissional, inclusão digital e inserção no mercado de trabalho

**Órgão Responsável:** Secretaria do Esporte, Lazer e Juventude

**d) Meta para 2016-2019**

A meta é uma medida para o alcance do resultado pretendido (Objetivo), que pode ser de natureza quantitativa ou qualitativa dependendo das especificidades de cada caso. A meta qualitativa também deve ser passível de avaliação. Cada Objetivo poderá ter mais de uma meta.

**A meta é o elemento do Programa que permite verificar a evolução do Objetivo durante os quatro anos de implementação do PPA, motivo pelo qual deve representar o que há de mais estruturante em determinada política.**

As metas devem ser estruturantes, ou seja, devem expressar os mais importantes desafios escolhidos pelo governo a serem enfrentados no período do Plano em cada área e ser capazes de provocar mudanças no patamar atual da política. Além disso, devem ser factíveis dentro do período do Plano, considerando a previsão de recursos e o desenvolvimento dos meios necessários a sua execução. Em casos específicos é passível de se ter metas qualitativas.

Exemplo:

Incentivar o aumento em 30% da área de produção de grãos até 2019

**f) Regionalização**

Fornece informações relacionadas à distribuição das metas estipuladas para o Objetivo regionalizadas. Expressão Regional do quadro atual a ser modificado pelo objetivo. A meta será estabelecida para os quatro anos do Plano, contemplado o que o Governo pretende implementar no período de 2016-2019.

A regionalização será expressa por Região de Planejamento adotada pela SEPLAN.

**Meta 2016-2019**

Implantar 3 centros logísticos no Estado até 2019

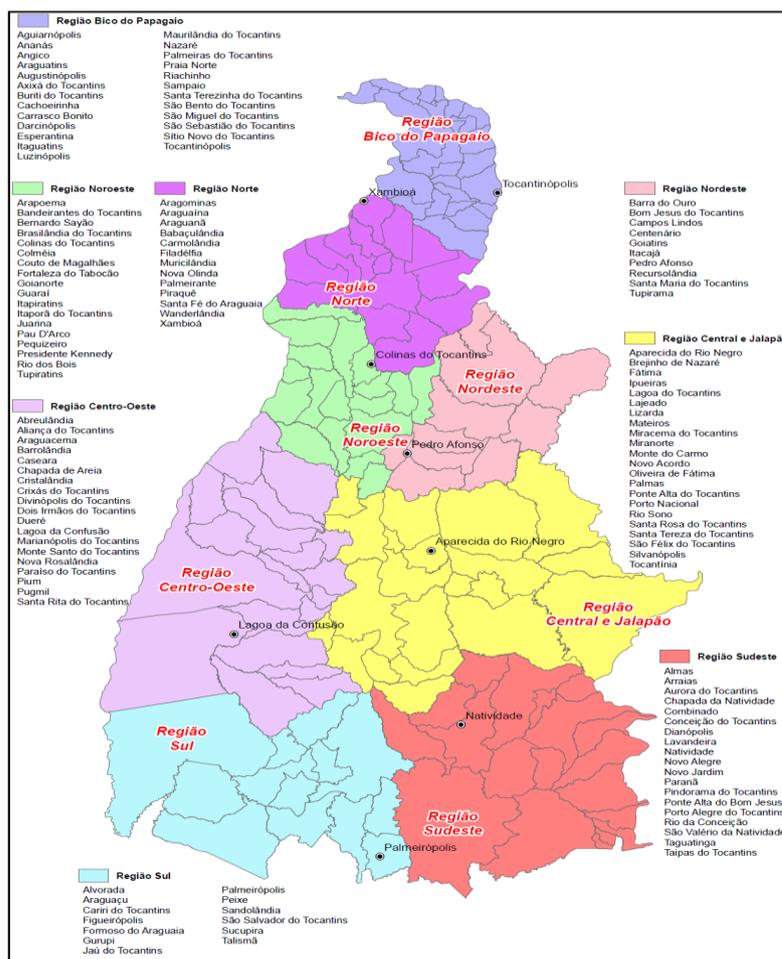
Regionalização da Meta	Unidade	Meta
Região Norte	Unidade	1
Região Central	Unidade	1
Região Sul	Unidade	1

**Meta 2016-2019**

Reformar, adequar e ampliar 3 Unidades Hospitalares até 2019

Regionalização da Meta	Unidade	Meta
Região Bico do Papagaio	Unidade	1
Região Sudeste	Unidade	1
Região Centro-Oeste	Unidade	1

ENCONTROS REGIONAIS - PPA 2016/2019



**2.2 PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**

É o instrumento do Plano que classifica um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações que não foram tratadas nos programas temáticos por meio de suas iniciativas.

O Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado não possuem Objetivos, e somente será incluído, excluído e modificado por lei de alteração do PPA.

Os Programas de Gestão e Manutenção e Serviços são os que agregam as ações e recursos de suporte administrativo para o funcionamento dos órgãos.

Com o propósito de subsidiar a alocação orçamentária, o PPA estimará o valor dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado para o período de 2016-2019 e os títulos das ações orçamentárias. O detalhamento das ações orçamentárias estará disposto somente na Lei orçamentária – LOA. Cada órgão terá um Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado.

### **2.2.1 Atributos dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

#### **a) Código**

Números por convenção, adotados para organizar e representar o programa, sendo o mesmo utilizado no PPA e no Orçamento e será colocado posteriormente pela SEPLAN.

#### **b) Título**

Título é o nome do Programa de Gestão e Manutenção do Órgão.

Exemplo:

Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria da Saúde

Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria da Educação

Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria da Segurança Pública

#### **c) Valor Global**

## Orientações para elaboração dos Programas

O valor global indica uma estimativa dos recursos necessários ao apoio, gestão e a manutenção da ação governamental no período do Plano, indicará o valor para o ano de 2016 e o consolidado para o período restante de 2017 a 2019.

Será especificado por fontes orçamentárias e fontes não orçamentárias, que serão indicadas na captação quantitativa, conforme abaixo:

Programa: 1079 – Gestão e Manutenção da Secretaria do Planejamento e Orçamento

<b>Fonte</b>	<b>Valor 2016 (R\$)</b>	<b>Valor 2017-2019 (R\$)</b>
<b>Orçamentária</b>		
0100 - Recursos Ordinários - Administração Direta	14.000.000	48.000.000
<b>Total</b>	14.000.000	48.000.000
<b>Valor Total do Programa</b>	<b>62.000.000</b>	
<b>Ação</b>		
Ação 2407 - Manutenção de Serviços de Transporte Ação 2384 - Manutenção de Serviços de Informática Ação 2325 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais Ação 2280 - Manutenção de Recursos Humanos		

**ANEXO A****PROPOSTA DE PROGRAMAS TEMÁTICOS****PODER EXECUTIVO**

Agricultura Familiar	Cultura
Agronegócios	Ciência, Tecnologia e Inovação
Irrigação e Usos Múltiplos da Água	Segurança Cidadã
Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Assistência social
Desenvolvimento Regional e Urbano	Trabalho e Mercado
Habitação Cidadã	Juventude, Esporte e Lazer
Indústria, Comércio e Turístico	Cidadania e Justiça
Transporte e Logística	Saúde Mais Perto de Você
Infraestrutura Pública	Planejamento, Orçamento e Gestão
Educação Para Todos	Governo Mais Perto de Você
Educação Profissional, Tecnológica e Superior	

**OUTROS PODERES**

Modernização Tecnológica de Infraestrutura e Gestão de Recursos	Eficiência e Acesso ao Sistema de Justiça
Justiça	

**ANEXO B**

<b>Programa</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Agricultura Familiar</b>	Assistência técnica, extensão rural, crédito, comercialização, pequenos produtores, compra direta local, associativismo, cooperativismo, crédito fundiário, bacia leiteira, lavoura comunitária.
<b>Agronegócios</b>	Política agrícola, cadeia produtiva, central de abastecimento, escoamento da produção, melhoramento de rebanho, produção animal, produção vegetal, classificação, pesquisa, Emissão de Defesa e inspeção animal, defesa e inspeção vegetal, educação sanitária, fiscalização do trânsito de animais e vegetais. títulos, diagnóstico de propriedade rural, demarcação de terra crédito fundiário, desapropriação imóveis, discriminação de terras públicas., fontes renováveis de energia, biodiesel e biocombustível, política adequação das contas de consumidores. Aquicultura e pesca Infraestrutura, crédito, cadeia produtiva. agropecuária. Defesa e inspeção animal, defesa e inspeção vegetal, educação sanitária, fiscalização do trânsito de animais e vegetais.
<b>Irrigação e Usos Múltiplos da Água</b>	Projetos de infraestrutura hídrica, comercialização de lotes, gestão de perímetro hídrico, distrito de irrigação, barramentos, obra hídrica, produção irrigada.
<b>Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>	Gestão ambiental, educação ambiental, controle ambiental (licenciamento, fiscalização e monitoramento), mudança climática, ICMS ecológico, gestão de parques e unidades . Recursos hídricos, gestão de bacias, outorga de água, bacia hidrográfica, controle hídrico (licenciamento, fiscalização e monitoramento), águas superficiais, águas subterrâneas, perenização de bacias e convivência com a seca. Serviço ambiental, crédito de carbono, arcabouço legal, estudo econômico da biodiversidade e governança. Unidades de conservação, gestão territorial e cartográfica, recuperação e conservação do bioma cerrado, coleta seletiva, tratamento e reciclagem de lixo urbano e combate a queimadas e desmatamento.
<b>Desenvolvimento Regional e Urbano</b>	Rede de transporte municipal, equipamento urbano, melhoria urbana, consórcio público, desenvolvimento regional, plano diretor, mobilidade urbana, pavimentação e recuperação de vias urbanas. Saneamento básico em áreas urbanas e rurais, ambiental, como abastecimento de água, esgoto, resíduo sólido, drenagem de água pluvial, limpeza pública, aterro sanitário. Construção de imóveis residenciais urbanas e rurais, regularização fundiária urbana, melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais.
<b>Habitação Cidadã</b>	Construção de imóveis residenciais urbanas e rurais, regularização fundiária urbana, melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais.
<b>Industria, Comercio e Turístico</b>	Dinamização de atividades comerciais, desenvolvimento da mineração, concessão de licenças minerais, distrito e parque industrial, fomento ao empreendedorismo, Infraestrutura turística, sinalização turística, fomento a projetos turísticos, qualificação serviços turísticos, turismo de aventura, organização de turismo nos parques estaduais e unidades de conservação. pequenas e médias empresas, capacitação empresarial, atração de investimento, incentivo ao comércio interno exportações e fomento ao desenvolvimento econômico.
<b>Transporte e Logística</b>	Pavimentação de rodovias, interligação de municípios, conservação de estradas estaduais e vicinais, projetos estruturantes, pátios multimodais, modal aeroviário, hidroviário, logística para o desenvolvimento, estímulo a atividade produtiva no entorno de pátios, portos, aeroportos industriais.
<b>Infraestrutura Pública</b>	Edificação pública, prédio público, poço artesiano, cacimbas, convivência com a estiagem. Inclusão digital, cabo óptico, telecomunicações e radiodifusão. Distribuição de energia elétrica
<b>Educação Para Todos</b>	Acesso a educação básica urbana e rural, cobertura do ensino fundamental e médio, alfabetização de jovens e adultos, escola de tempo integral, construção e reforma, transporte escolar e merenda escolar, redução da evasão escolar, gestão escolar, escola aberta, inclusão

## Orientações para elaboração dos Programas

	escolar, ensino especial, educação indígena, educação quilombola.
<b>Educação Profissional, Tecnológica e Superior</b>	Oferta de ensino profissional e tecnológico, qualificação voltada para o mercado, ensino superior, ensino superior à distância, ensino presencial.
<b>Cultura</b>	Preservação do patrimônio cultura e artístico, promoção e acesso a cultura, valorização da história e memória cultural.
<b>Ciência, Tecnologia e Inovação</b>	Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, difusão do conhecimento científico e tecnológico, inovação em cadeia produtiva, pesquisa e extensão, fomento a inovação tecnológica, incentivo financeiro ao estudo de graduação e pós-graduação.
<b>Segurança Cidadã</b>	Administração penitenciária, policiamento preventivo, corretivo e comunitário, inteligência policial, infraestrutura penitenciária, policiamento aéreo, fluvial e ambiental, estruturação de policiamento, socorro a vítimas de acidentes, prevenção a criminalidade e uso de drogas, combate às drogas, violência doméstica, ressocialização e inclusão do preso, defesa civil em casos de calamidade pública, gestão do trânsito, gestão dos bons costumes.
<b>Assistência social</b>	Políticas para alívio e superação da pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social básica, proteção social especial, políticas de distribuição de renda (bolsa família).
<b>Trabalho e Mercado</b>	Inclusão produtiva, economia solidária, intermediação de emprego, qualificação de trabalhador, geração de emprego e renda, acesso ao crédito.
<b>Juventude, Esporte e Lazer</b>	Pioneiros mirins, ressocialização da criança e adolescente, inclusão social de jovens, estágio primeiro emprego, mobilização para o combate às drogas, jovem cidadão, infraestrutura de apoio a jovens, garantia de direitos sociais, unidades sócio-educativas.
<b>Cidadania e Justiça</b>	Ação afirmativa de inclusão social de comunidades tradicionais, povos indígenas, gênero, raça, promoção de direitos humanos, valorização da vida e dignidade humana, Enfrentamento ao álcool e outras drogas, Acesso à justiça, atendimento jurídico e desconcentração da justiça, valorização da mulher, proteção e defesa dos direitos do consumidor. defesa e proteção das crianças em situação vulnerável.
<b>Saúde Mais Perto de Você</b>	Atenção básica, atenção às urgências, assistência farmacêutica (farmácia básica), vigilância e proteção à saúde, hemorrede, medicamento para pacientes, infraestrutura hospitalar, serviço ambulatorial, saúde preventiva da criança, mulher, homem e idoso, serviço de saúde itinerante, educação em saúde, pesquisa em saúde, tratamento de dependente químico.
<b>Planejamento, Orçamento e Gestão</b>	Planejamento estratégico, gestão estratégica, modernização da gestão, sala de situação, política de recursos humanos, desenvolvimento de competências gerenciais, modernização tributária, assuntos legislativos, de controle interno, controle externo, institucionais, modernização da tecnologia da informação, gestão do PPA, informação para sociedade e governo, ordenamento territorial, planejamento regional, estudos estratégicos, escritório de projetos e comunicação de governo, desempenho institucional e gerencial, e parcerias público-privada.
<b>Governo Mais Perto de Você</b>	Gestão em regiões administrativas, desconcentração de serviços do tipo É Prá já, descentralização de atividades, discussão e escuta social, acesso aos serviços ao cidadão, transparência e regulação de serviços públicos.

## ANEXO C

Exemplo de Programa Temático

<b>PROGRAMA: Agricultura Familiar</b>				
<b>Valor Total do Programa</b>				
<b>Fonte Orçamentária</b>	<b>Valor 2016 (R\$)</b>	<b>Valor 2016-2019 R\$)</b>		
0100 - Recursos ordinários	500.000	1.500.000		
0225 -Recursos de Convênios Federais	500.000	15.000.000		
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>16.500.000</b>		
Fonte Não Orçamentária	0	0		
<b>Valor Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>16.500.000</b>		
<b>17.500.000</b>				
<b>OBJETIVO:</b> 015 - Melhorar a qualidade de vida dos Agricultores Familiares e das populações diferenciadas, com ações que aumentem suas rendas, estimulem a organização sociocultural, o conhecimento e a defesa do meio ambiente				
<b>Orgão Responsável:</b> Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins				
<b>INDICADOR</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Referência Data</b>	<b>Índice atual</b>	<b>Índice desejado</b>
Número de assessorias técnicas rurais realizadas	Unidade	29/06/2012	10.000	14.000
Qualidade de assistência técnica em extensão rural	Unidade	29/06/2012	0	3
<b>META 2016-2019</b>				
Capacitar 1750 técnicos em temáticas apropriadas para Agricultura Familiar				
<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade</b>	<b>2016-2019</b>		
Região Extremo Norte	unidade	250		
Região Central-Jalapão	Unidade	1.000		
Região Sul	Unidade	500		
<b>Ação Orçamentária</b>				
4048 Capacitação de técnicos em tecnologias apropriadas para a agricultura familiar				
4038 Capacitação de agricultores familiares em tecnologias apropriadas para a agricultura familiar				
4089 - Orientação e assistência técnica para os agricultores familiares de forma ambientalmente correta				

Exemplo de Programa de Gestão, Manutenção e Serviços

**PROGRAMA: 101 – Programa de Gestão do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins**

Fonte de Recursos	Valor 2012 (R\$)	Valor 2012-2015 (R\$)
<b>Fonte Orçamentária</b>		
0100 - Recursos ordinários	500.000	1.500.000
0225 -Recursos de Convênios Federais	500.000	15.000.000
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>16.500.000</b>
Valor Total do Programa	<b>17500000</b>	

**Ação**

**Ação 4527** - Manutenção de serviços de transporte

**Ação 4526** - Manutenção de serviços de informática

**Ação 4525** - Manutenção de recursos humanos

**Ação 4518** - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais

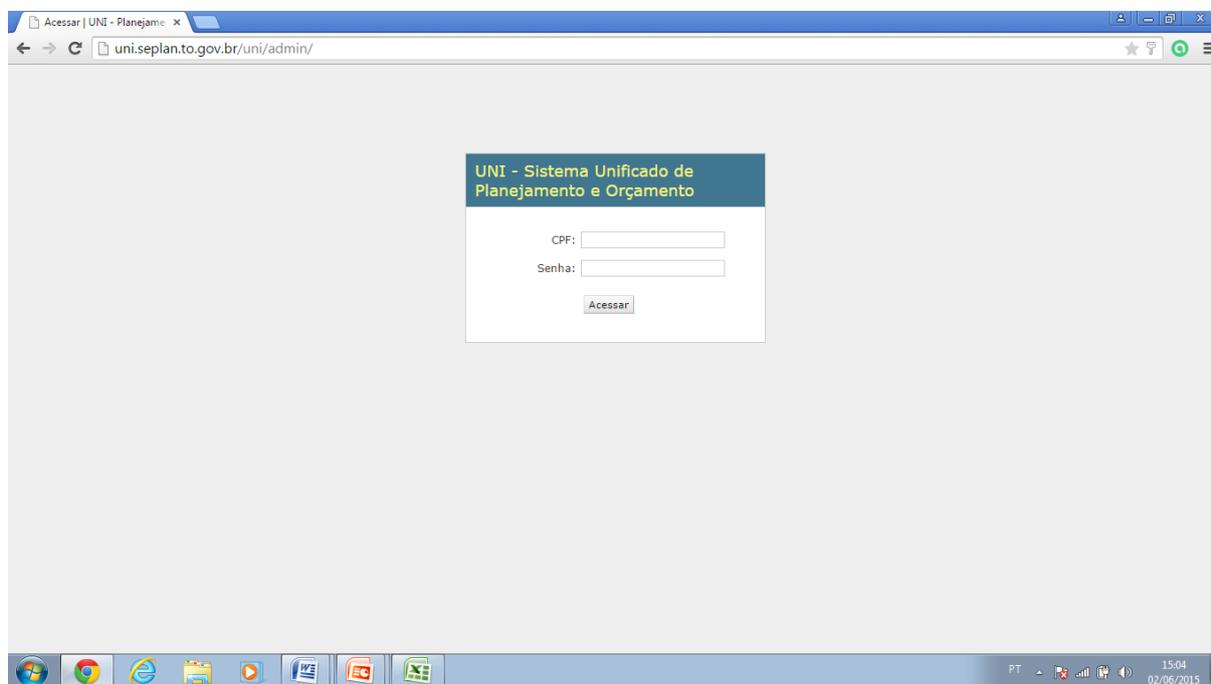
**Ação 4517** - Capacitação e qualificação de servidores

**Ação 4512** - Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP

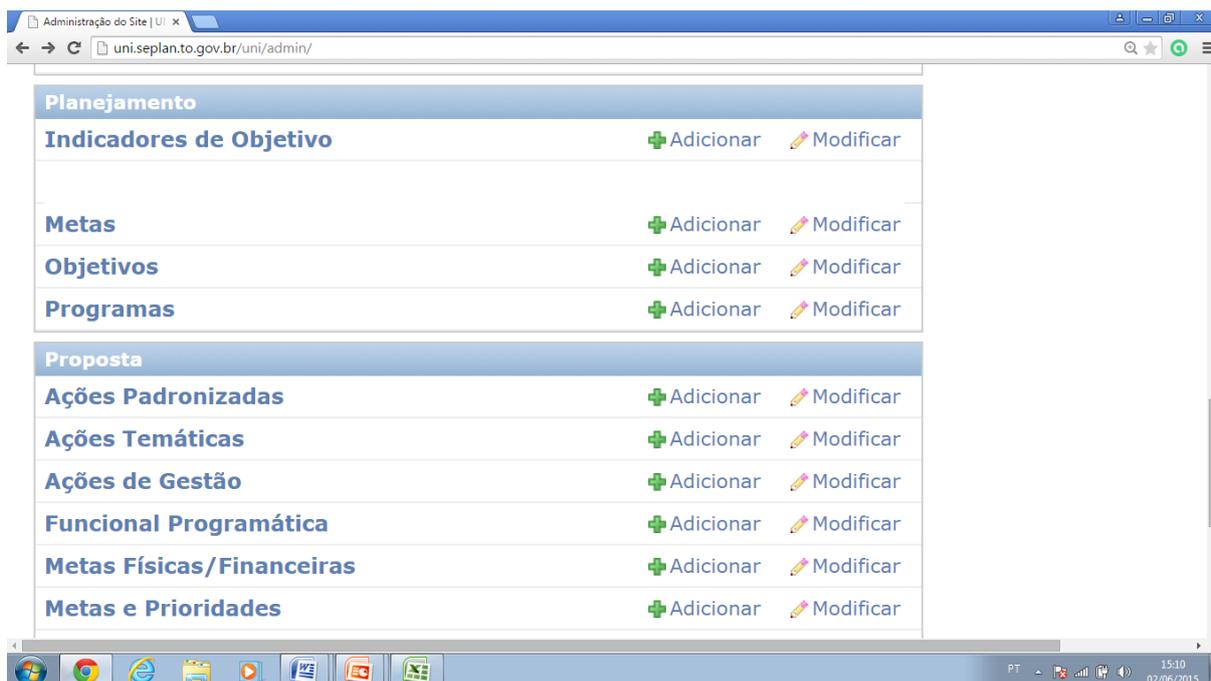
**Ação 4513** – Estruturação da sede do órgão

## 6. SISTEMA UNIFICADO DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

### Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento – UNI Acesso ao Sistema



### Elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 e dos Orçamentos Anuais



## Inclusão dos Objetivos

Adicionar Objetivo | UNI - x

uni.seplan.to.gov.br/uni/admin/planejamento/objetivos/add/

UNI - Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento Bem vindo, José. Alterar senha / Encerrar sessão

Início > Planejamento > Objetivos > Adicionar Objetivo

### Adicionar Objetivo

Salvar e continuar editando Salvar e adicionar outro Salvar

Programa: -----

Descrição do Objetivo:

Orgão Responsável: -----

Caracterização:

15:07 02/06/2015

## Inclusão das Metas

Adicionar Meta | UNI - Pl: x

uni.seplan.to.gov.br/uni/admin/planejamento/metasp/add/

UNI - Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento Bem vindo, José. Alterar senha / Encerrar sessão

Início > Planejamento > Metas > Adicionar Meta

### Adicionar Meta

Salvar e continuar editando Salvar e adicionar outro Salvar

Objetivo: -----

Descrição:

Momento: -----

Regionalizações das Metas

Região	Unidade de Medida	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Excluir?
-----	-----	(Nenhum)	(Nenhum)	(Nenhum)		
-----	-----	(Nenhum)	(Nenhum)	(Nenhum)		

15:08 02/06/2015

## Inclusão dos Indicadores

The screenshot shows a web browser window with the URL [uni.seplan.to.gov.br/uni/admin/planejamento/indicadorobjetivo/add/](http://uni.seplan.to.gov.br/uni/admin/planejamento/indicadorobjetivo/add/). The page title is 'Adicionar Indicador de Objetivo'. The form contains the following fields:

- Denominar de:** A text input field with a placeholder: 'Nome do indicador com no máximo 250 caracteres. Exemplo: Percentual de pessoas cobertas pelo SIME no mercado de trabalho'. Below it is a small 'Objetivo:' label.
- Definição do Indicador:** A large text area.
- Fórmula de Cálculo:** A large text area.
- Critério de Acompanhamento:** A large text area.
- Responsável pela disponibilização de dados:** A large text area.
- Unidade de Medida:** A dropdown menu.
- Período para disponibilização do indicador:** A dropdown menu.
- Índice Atual:** A text input field.
- Índice Alvo:** A text input field.
- Periodicidade:** A dropdown menu.
- Polaridade:** A dropdown menu.
- Tipos de Indicador:** A dropdown menu.
- Fonte de Dados:** A text input field.
- Momento:** A dropdown menu.

At the bottom right of the form, there are two buttons: 'Salvar e continuar editando' and 'Salvar e adicionar outro'.

## Elaboração da Proposta Orçamentária

The screenshot shows a web browser window with the URL [uni.seplan.to.gov.br/uni/admin/](http://uni.seplan.to.gov.br/uni/admin/). The page title is 'Programas'. At the top right, there are two buttons: '+ Adicionar' and 'Modificar'. The main content is a table with the following rows:

Proposta	
<b>Ações Padronizadas</b>	+ Adicionar    Modificar
<b>Ações Temáticas</b>	+ Adicionar    Modificar
<b>Ações de Gestão</b>	+ Adicionar    Modificar
<b>Funcional Programática</b>	+ Adicionar    Modificar
<b>Metas Físicas/Financeiras</b>	+ Adicionar    Modificar
<b>Metas e Prioridades</b>	+ Adicionar    Modificar
<b>Propostas da Receita</b>	+ Adicionar    Modificar
<b>Teto Orçamentário</b>	+ Adicionar    Modificar

Below the table, there is a section header 'Usuario'.

## Inclusão das Ações Orçamentárias

**Adicionar Ação Temática**

Salvar e continuar editando | Salvar e adicionar outro | Salvar

Código: (Nenhum)

**Título da Ação:**   
Título da ação com no máximo 90 caracteres

**Unidade Orçamentária:**

**Programa:**

**Iniciativas:**   
Texto de Ajuda - Selecione apenas uma iniciativa

Função: (Nenhum)

Subfunção: (Nenhum)

Esfera: (Nenhum)

Tipo de Ação: (Nenhum)

**Forma de Implementação:**

---

**Adicionar Ação Temática**

Descrição:

**Produto:**   
Produto da ação com no máximo 40 caracteres

**Unidade de Medida:**

**Especificação do Produto:**

**Finalidade:**

**Base Legal:**

Órgão ou empresa executora:

**Momento:**

## Inclusão das Metas Físicas e Financeiras

Adicionar Meta Física/Financeira

Unidade Orçamentária:

Ação:

Momento:

Metas Físicas

	2012	2013	2014

Metas Financeiras

Fonte de Recurso	2012	2013	2014	2015	Excluir?
<a href="#">Adicionar outro Meta Financeira</a>					

Detalhamento da Despesa

Fonte de Recurso	Natureza	Valor	Excluir?
<a href="#">Adicionar outro Detalhamento Da Despesa</a>			

## Relatórios Gerenciais

UNI - Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento

### Administração do Site

- Relatórios
- Objetivos
- Ações Temáticas
- Ações de Gestão
- Inconsistências Físico/Financeiras
- Teto Orçamentário
- Gerencial - Seplan
- Auth

**BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Orientações para elaboração do Plano Plurianual 2016-2019**. Brasília, 2015.

TOCANTINS. Diretrizes Básicas do Plano de Governo do Estado do Tocantins. Eleições 2014. Tribunal Superior Eleitoral.

TOCANTINS. **Mapa de Direcionadores Estratégicos do Tocantins**. Publix. Documento no prelo. 2015

TOCANTINS. **Plano de Governo: Proposta Estruturante “*Marcelo é a Mudança que o Tocantins quer*”**. Eleições 2014

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Plano Plurianual 2012-2015**. PPA 2012-2015. Palmas, 2011.

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas: Guia Metodológico**. Brasília, 2010.